

A diretoria do Sintrajud protocolou requerimento junto à Administração do TRF pedindo esclarecimentos e informações acerca dos planos de saúde dos servidores. Após <u>a</u> <u>desclassificação da NotreDame, que não cumpriu os requisitos previstos no edital</u> do plano A e B, a Administração divulgou comunicado reajustando em 15,6% a mensalidade do plano de saúde atual dos agregados, percentual acima inflação do período. Os servidores, magistrados e agregados seguem sendo atendidos pela Amil até a conclusão do procedimento licitatório.

No requerimento protocolado na última sexta-feira, 3, o Sindicato também pede a instalação de uma mesa de negociação entre a Administração e a entidade para avaliar a situação e buscar soluções. "A situação agora, exige ainda maior diálogo e envolvimento de todos, sobretudo da Entidade de representação da categoria. O Sindicato requer, o quanto antes, que tal tema seja objeto de diálogo, análise e encaminhamento que atenda os critérios de equidade e justiça", destaca o documento.

Até a publicação desta matéria a presidente do TRF-3, desembagadora Therezinha Cazerta, ainda não havia respondido ao questionamento e ao pedido de reunião. A direção do Sindicato avalia que tem se tornado desrespeitosa a forma como a Administração do Tribunal vem tratando a entidade representativa da categoria, negando-se a se reunir com a diretoria do Sintrajud, enquanto já esteve reunida com dirigentes de associações de magistrados, parlamentares e outras entidades.

Embora tenha respondido a demandas apresentadas pelo Sindicato, até o momento a única vez em que diretores da entidade foram recebidos foi após a manifestação pelo descumprimento do edital da licitação do plano na primeira parte da audiência pública realizada para discutir o assunto. O Sintrajud continuará acompanhando o procedimento licitatório buscando garantir que os servidores tenham segurança e assistência médica de qualidade.

No próximo dia 21, em reunião com a Diretora do Foro, juíza Luciana Zanoni, o Sindicato tratará também dos questionamentos sobre o andamento da licitação para contratação do plano que atenderá aos servidores lotados no interior do Estado e os custos do reajuste já anunciados pelo Tribunal em relação ao serviço prestado pela operadora, entre outros pontos de pauta.

TALVEZ VOCÊ GOSTE TAMBÉM





PEC 10 vai ao Plenário após ser aprovada na CCJ com garantia de quinquênios só para juízes e autoridades





Confira aqui o passo a passo para participar da assembleia do dia 27/4 e eleger seus/suas representantes





O que é e porque é fundamental aprovar o PCCS